

MESA-REDONDA: TRÊS PERGUNTAS A VYGOTSKIANOS, WALLONIANOS E PIAGETIANOS

Yves de la Taille

do Instituto de Psicologia/USP

Heloísa Dantas

da Faculdade de Educação/USP

Marta Kohl de Oliveira

da Faculdade de Educação/USP

Este artigo nasceu de uma mesa-redonda da qual os autores participaram durante a XX Reunião de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SP), no dia 26 de outubro de 1990. A formulação das perguntas assim como sua resposta na perspectiva de Jean Piaget são de autoria de Yves de la Taille. As respostas elaboradas na perspectiva de Vygotsky e Wallon são assinadas por Marta Kohl de Oliveira e Heloísa Dantas, respectivamente.

AS PERGUNTAS: SOBRE A UNIVERSALIDADE, A AUTONOMIA DO SUJEITO E A FALSEABILIDADE DAS RESPECTIVAS TEORIAS

Dirijo minhas indagações a vygotskianos, wallonianos e piagetianos, e não tanto às obras de Vygotsky, Wallon e Piaget. Mas, por que a nuance? por uma razão bem simples. Uma teoria científica ou filosófica não vive apenas dos textos de seu autor. Uma vez publicada, ela se torna, justamente, pública, fonte de variadas inspirações e sujeita a diversas interpretações. Ora, a presença e, sobretudo, o porvir de uma teoria dependem menos da coerência interna dos textos originais do que das inspirações e interpretações que provocaram. Além do mais, ao lado da tarefa de compreensão fiel dos dizeres de um autor, há outra: a de *ir além*, no sentido de fazer com que a teoria escolhida permaneça no ciclo da evolução do conhecimento. E isto, sobretudo, quando o autor está definitivamente ausente, como é o caso de Vygotsky, Wallon e Piaget. Portanto, não é à tradição que me dirijo. Dirijo-me àqueles que fazem das teorias em tela um instrumento para criar.

Por esta razão, as perguntas que imaginei talvez não tenham respostas precisas fornecidas pelos próprios autores. Mas deles, certamente, podem ser retirados elementos para pensá-las e respondê-las.

A questão da universalidade

Em primeiro lugar, é preciso sublinhar que, quando se fala em universalidade, está-se, na verdade, pensando em *um certo grau de universalidade*. Pouca gente ainda acredita que seja possível elaborar uma teoria que se aplique à totalidade dos seres ou situações do universo. Trata-se sempre de uma classe de fenômenos ou de sujeitos. Além do mais, sabe-se, hoje, que as teorias são provisórias, sendo cada uma progressivamente integrada a teorias mais abrangentes e fortes. A universalidade não pode, portanto, ser compreendida como o que abarca tudo para sempre.

A idéia de universalidade pressupõe que determinado fenômeno psicológico tenha um alto grau de estabilidade que o torna independente das peripécias dos diversos momentos históricos. Opõe-se, portanto, à idéia de especificidade cultural: o fenômeno psicológico universal deverá ser encontrado nas diversas culturas, com traduções talvez diferentes em cada uma delas, mas passível de ser identificado por detrás destas. Universal opõe-se também a particular ou individual: o fenômeno será considerado universal quando for encontrado em todos os seres humanos (ou então, em todos os seres humanos de mesmo sexo, de mesma faixa etária etc.). Importante notar aqui que universal não significa *normal*, no sentido estatístico do termo; ou seja, é universal o que se encontra em todos, e não apenas na maioria.

Isto posto, minha indagação é: as diferentes teorias aqui discutidas admitem a presença de fenômenos universais? E, em caso de resposta afirmativa, também pergunto: quais são os fenômenos universais e como é explicada e existência destes?

A questão da autonomia do sujeito

Inspiro-me, para formular a pergunta seguinte, em uma conferência proferida por Bárbara Freitag, da qual participei na condição de debatedor (Ciclo de Conferências sobre a Escola de Frankfurt, 30 de agosto 1990 — UNESP/Araquara). Discutindo as teorias de Habermas e Piaget, Freitag elegeu como eixo de sua intervenção justamente a questão da autonomia do sujeito.

O período do *Iluminismo*, seguindo caminho já aberto pelo Renascimento, estabeleceu a autonomia do homem, autonomia esta possível pelo emprego da razão. Porém, assiste-se, a partir do século XIX, ao aparecimento de várias correntes que questionam tal autonomia: o homem seria, na verdade, resultado e prisioneiro de estruturas sociais, as quais ele não escolhe e das quais até desconhece os efeitos. Em uma palavra, o homem não seria livre, pois sua razão sofreria determinações sociais e históricas constantes e irreversíveis.

A PERSPECTIVA VYGOTSKIANA

Simplificando um pouco, encontra-se esta interpretação na sociologia de Durkheim, quando este afirma que é sempre o todo que explica a parte, portanto, que é o social que explica o indivíduo, limitando-se, este, a internalizar conteúdos culturais cuja produção só pode ser explicada por mecanismos coletivos. A teoria marxista, embora empregada a serviço da liberdade do oprimido, portanto do indivíduo, também define o homem como resultado de um processo histórico sobre o qual, individualmente, ele pouco ou nada pode fazer. Ele está preso à consciência de classe, ou à ideologia imposta pela classe dominante. Pensando agora numa teoria psicológica, verificamos que o behaviorismo pouco espaço dá à autonomia do sujeito: seus comportamentos são explicados por contingências de reforços, e a sociedade utópica descrita por Skinner em *Walden II* prevê um severo adestramento, teoricamente capaz de levar o indivíduo, à *sua revelia*, para a felicidade. E até mesmo uma teoria do sujeito, como a psicanálise, também reserva a este a triste surpresa de aprender que sua consciência é uma espécie de "mala com fundo falso", fundo este repleto de razões e desejos que ela própria desconhece.

Minha pergunta refere-se a esta questão: em que medida cada uma das teorias em tela reserva uma parte, maior ou menor, de autonomia ao sujeito? Encontram-se, em cada sujeito, estruturas e mecanismos que lhe são íntimos? que são irredutíveis a fenômenos sociais introjetados? e que lhe permitem, em algum grau, ser independente em relação a seus contemporâneos, a sua cultura? que lhe permitem dizer *não* quando todos os outros dizem *sim*?

A questão da falseabilidade

Inspiro-me evidentemente em Popper para fazer uma indagação sobre a questão da falseabilidade. Todavia, minha preocupação não é epistemológica. Ela é bem mais simples do que isto. Quero apenas saber, que dados ou fenômenos, descobertos através de pesquisas ou até mesmo observados casualmente no dia a dia, *surprenderiam* um piagetiano, um walloniano ou um vygotskiano (surprenderiam no sentido de deixá-los sem poder explicar o fenômeno observado)?

É claro que não estou me referindo a fenômenos que fujam às pretensões explicativas e dedutivas das referidas teorias. Penso naqueles que deixariam cada teoria em contradição, acarretando assim a necessidade de uma reformulação.

Vejo importância nesta indagação hipotética por duas razões: 1) sua resposta pode nos dar preciosas informações sobre o que compõe os núcleos de cada teoria, e 2) como a ciência somente progride reformulando suas teorias, saber quais fenômenos seriam contraditórios com cada uma delas pode ser fonte de inspiração para elaborarmos novas pesquisas.

Y.L.T.

Início minhas reflexões com uma observação a respeito da pertinência da colocação inicial de Yves de la Taille sobre a importância de saber que o diálogo aqui possível se dá entre intérpretes contemporâneos de teorias que, embora produtos plenos de seus autores, são inacabadas no sentido de que permanecem vivas e sempre sujeitas a reinterpretações. O compromisso com a fidelidade às idéias de um autor não significa o recurso a um conjunto fechado de idéias, disponível a uma mesma compreensão por parte de qualquer indivíduo, em qualquer tempo ou lugar. Ao contrário, o valor sempre renovado de uma teoria está justamente na possibilidade de que ela seja um instrumento, provavelmente entre outros, para uma compreensão mais completa do objetivo a que se refere. É como estudiosa do pensamento de Vygotsky e como pesquisadora, pois, que desenvolvo estas reflexões, suscitadas pelas indagações propostas.

A questão da universalidade

A abordagem vygotskiana, largamente conhecida como abordagem sócio-histórica do desenvolvimento humano, parece, de imediato, avessa à idéia de universalidade dos fenômenos psicológicos. Dirigindo-se à questão da construção das funções psicológicas superiores no homem, Vygotsky trabalha com o conceito de mediação na relação homem/mundo e com o papel fundamental do contexto cultural na construção do modo de funcionamento psicológico dos indivíduos. A contingência histórica, a especificidade cultural e a particularidade do percurso individual parecem ser, portanto, componentes essenciais da teoria vygotskiana, fazendo dela uma teoria aparentemente incompatível com a possibilidade de existência de fenômenos universais.

Reconheço em Vygotsky, entretanto, para além do contingente, dois postulados básicos que tratam do universal no homem. Em primeiro lugar, a pertinência do homem à espécie humana: o indivíduo tem limites e possibilidades definidos pela evolução da espécie, que lhe fornece um substrato biológico estruturado como base do funcionamento psicológico. A ligação dessa estrutura biologicamente dada com o papel essencial atribuído aos processos históricos na constituição do ser humano se dá por uma característica universal da espécie: a plasticidade do cérebro como órgão material da atividade mental. O cérebro é um sistema aberto que pode servir a diferentes funções (que podem ser específicas de um momento e de um lugar cultural), sem que sejam necessárias transformações morfológicas no órgão físico.

Em segundo lugar, o universal está na própria importância do fator cultural: o homem (todo e qualquer ser humano) não existe dissociado da cultura. A medição simbólica, a linguagem e o papel fundamental do outro social na constituição do ser psicológico são fatores universais. O processo de internalização de formas culturalmente dadas de funcionamento psicológico é um dos principais

mecanismos e serem compreendidos no estudo do ser humano.

A teoria de Vygotsky não poderia, enquanto teoria, deixar de admitir fenômenos universais. Trazendo a discussão para o momento atual, considero que um relativismo radical é avesso ao próprio empreendimento da ciência e, nesse sentido, o estudo do particular é sempre um passo para a compreensão do universal. Isso nos remete a um problema metodológico extremamente sério enfrentado pelas ciências humanas atualmente: as várias abordagens que admitem o homem como mais multifacetado e cheio de vida do que o objeto das ciências físicas, e que nos aproximam do "real humano" de uma forma antes só conseguida por outras vias de acesso ao conhecimento (arte, religião) podem ter-nos levado a um impasse em termos da própria idéia de ciência. Não está claro como passaremos do acúmulo de descrições e explicações do específico para a reconstrução do caminho da generalização.

A questão da autonomia do sujeito

Três elementos da teoria de Vygotsky podem ser invocados para uma discussão da questão da autonomia do sujeito. Em primeiro lugar, a relação entre o indivíduo e suas cultura. A cultura não é pensada como um dado, um sistema estático ao qual o indivíduo se submete, mas como um "palco de negociações" em que seus membros estão em constante processo de recriação e reinteração de informações, conceitos e significados.

Em segundo lugar, a configuração absolutamente particular da trajetória de vida de cada indivíduo. Ao falar em "histórico", Vygotsky não se refere apenas a processos que ocorrem no nível macroscópico. Ele fala em filogenético para a espécie, histórico para grupo cultural, ontogenético para o indivíduo. E podemos, usando um termo contemporâneo, falar em microgenético, referindo-nos justamente à seqüência singular de processos e experiências vividos por cada sujeito específico.

E, em terceiro lugar, a natureza das funções psicológicas superiores. Quando Vygotsky fala em funções psicológicas superiores, principal objeto de seu interesse, refere-se a processos voluntários, ações conscientemente controladas, mecanismos intencionais. No curso do desenvolvimento psicológico essas funções são as que apresentam maior grau de autonomia em relação ao controle hereditário. Consciência e controle (talvez metacognição, em termos contemporâneos) só aparecem tardiamente no desenvolvimento de uma função.

A partir desses três elementos, podemos dizer que, para Vygotsky, a estreita associação entre sujeito psicológico e contexto cultural não implica em determinismo. Ao contrário, cada indivíduo é absolutamente único e, por meio de seus processos psicológicos mais sofisticados (que envolvem consciência, vontade e intenção), constroem seus significados e recriam sua própria cultura.

Sem postular um determinismo histórico, mas sem ter de recorrer a uma entidade extramaterial como o "livre-arbítrio", Vygotsky estabelece que o indivíduo interioriza formas de funcionamento psicológico dadas culturalmente mas, ao tomar posse delas, torna-as suas e as

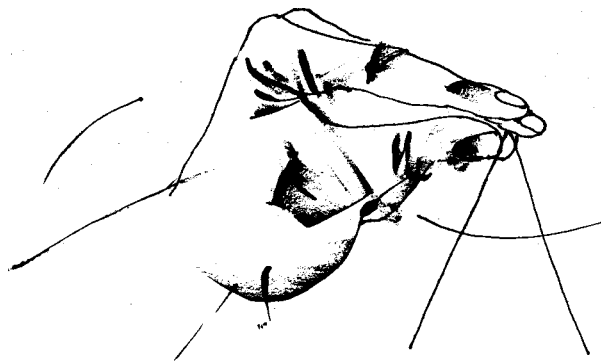
utiliza como instrumentos pessoais de pensamento e ação no mundo.

A questão da falseabilidade

Vygotsky nos fornece, em seus escritos, textos densos, cheios de idéias, numa mistura de reflexões filosóficas, imagens literárias e dados empíricos que exemplificam as asserções gerais que estão sendo colocadas. Em parte por seu estilo intelectual, em parte por sua morte prematura (que impediu maior desenvolvimento de suas idéias) e em parte pelo conjunto fragmentado de textos que chegou até nós, não temos de Vygotsky uma teoria articulada, um sistema teórico completo que permita a geração de hipóteses específicas ou de estudos cruciais que possibilitem a verificação de suas proposições gerais.

Assim sendo, optei por mencionar aqui um dado de minha própria pesquisa, com adultos em processo de alfabetização, para pensar a questão da "surpresa de um vygotkiano". Contrariamente às minhas expectativas, observei entre esses adultos a passagem pela seqüência da fases de aquisição de leitura e escrita hipotetizadas por Emilia Ferreiro, bem como a presença de outras características específicas das concepções pré-alfabéticas sobre a língua escrita (quantidade mínima e variedade de caracteres, relação entre enunciado oral e texto escrito, idéia de palavra). Sendo os adultos analfabetos estudados seres humanos maduros, inseridos no mundo urbano e letrado da cidade de São Paulo, esperava encontrar entre eles, por um lado, maior incorporação do instrumental letrado disponível em seu ambiente e, por outro lado, presença mais clara de processos metacognitivos no curso da aquisição das habilidades de leitura e escrita. Esse resultado abre uma vertente rica de investigação sobre o adulto analfabeto como objeto específico, mas que se liga, num plano mais geral, a duas dimensões fundamentais das proposições vygotkianas: o processo de internalização, pelo indivíduo, de instrumentos e símbolos culturalmente desenvolvidos, e a relação entre a aquisição de funções psicológicas e o controle consciente sobre essas mesmas funções.

M.K.O.



A PERSPECTIVA WALLONIANA

A questão da autonomia do sujeito

As questões propostas por Yves de la Taille derivam seu grande interesse do fato de estarem postas em termos bem amplos. Daí resulta a necessidade de interpretá-las, o que já é uma forma de responder.

A questão de sujeito, por exemplo, vista de uma perspectiva walloniana, apresenta-se como o próprio núcleo da teoria. Toda ela é uma psicogênese da pessoa, isto é, do sujeito. Toda ela consiste numa tentativa de historiar o caminho que leva da indiferenciação simbiótica inicial à crescente subjetivação, com a objetivação que lhe é complementar. É a descrição de um processo de individuação realizado através da contradição com os outros sujeitos. É pela interação que o sujeito se constrói, pela interação dialética, vale dizer, contraditória. Isto se dá dentro do quadro de uma dupla determinação a que Wallon dá o nome de "inconsciente biológico e inconsciente social". O sujeito individual é precedido por um organismo estruturado de maneira a lhe abrir possibilidades e a lhe impor limites, e igualmente antecedido por um acúmulo cultural que estrutura sua consciência, pois começa lhe impondo as formas de sua língua.

A autonomia possível ao sujeito oscila, assim, entre os limites colocados pela biologia e aqueles construídos pela história humana, fonte dos conteúdos da mente. Ele será sempre um sujeito datado, preso às determinações de sua estrutura biológica e de sua conjuntura histórica.

Em relação a sua cultura particular, entretanto, ele pode até certo ponto transcendê-la, precisamente pelo acesso às demais culturas. Essa possibilidade de nenhum modo lhe é vedada no interior da teoria walloniana. A relação do sujeito com os outros sujeitos, e, por conseguinte, com seu produto cultural, será sempre uma relação contraditória, por sua própria natureza impelida à explosão. A idéia de conflito autógeno, de permanente tensão intra e interpessoal confere a esta concepção do sujeito um tom dinâmico que é profundamente libertador. Na oposição ao outro e a seus produtos o sujeito simultaneamente se constrói e se liberta.

A questão da universalidade

Estas considerações direcionam a resposta à outra questão, a da universalidade do sujeito. Na verdade, as duas podem ser encontradas como complementares, quase o reverso uma da outra: a universalidade do sujeito opõe-se à autonomia do sujeito e, neste sentido, a resposta afirmativa a uma determina a resposta negativa à outra. Universalidade opõe-se a história, a relativismo cultural e a individualidade.

O que, no sujeito humano, não é histórico, nem culturalmente determinado, nem individualmente variável? Quase nada, diria certamente um walloniano, invocando, sua afirmação explícita de que "nada há de absoluto na razão humana".

Pela via que adotou, a análise do pensamento discursivo, lingüisticamente determinado, não seria possível concluir outra coisa. A evolução do pensamento, que separa o sincretismo infantil da capacidade categorial do adulto, se dá no sentido da diferenciação conceitual cada vez mais fina. Esta, por sua vez, depende da maior ou menor quantidade de conceitos prontos que a cultura tenha a lhe oferecer. Não é possível, desta forma, concluir senão pela importância decisiva desta última, pela historicidade radical da função pensante. Certamente a escolha da matemática como expressão e modelo da razão humana leva a outras conclusões. É inevitável, aqui, o surgimento da indagação em torno da necessidade de qualificar o pensamento em duas modalidades, uma operatória e outra discursiva, desigualmente sujeitas à determinação cultural. Isto tornaria proibitivo o uso do conceito de "pensamento" sem qualificá-lo, ilustrando aqui mesmo a idéia walloniana de evolução por diferenciação conceitual.

Se no plano dos processos cognitivos a universalidade, entendida como a-historicidade, fica afastada, resta entretanto outra dimensão do psiquismo, a afetiva, que, mais próxima das determinações do organismo, tem a mesma universalidade que este.

Torna-se necessário porém fazer um reparo. A concepção walloniana do cérebro (que acredito ser a mesma de Luria) hierarquiza-o de tal maneira que as funções sub-corticais são mais rígidas e as funções corticais guardam um espaço maior de indeterminação. Chame-se a isto sistema aberto ou semiprogramação, parece haver acordo quanto ao fato de que, quanto mais complexa uma função, mais indeterminada, maior o espaço aberto à informação cultural. Dever-se-ia, portanto, concluir que as funções psíquicas mais primitivas seriam mais biologicamente determinadas e, neste sentido, mais universais.

A questão da falseabilidade

Quanto à questão da falseabilidade, é preciso ponderar que responder diretamente a ela, tal como está formulada, equivale a submeter-se a um critério popperiano de verdade que pode, ele próprio, ser questionado. Sua aplicação rigorosa deixaria fora do campo do interesse científico toda a psicanálise, resultado, a meu ver, inaceitável.

Certamente não seria a um critério deste tipo que uma concepção materialista dialética como a walloniana iria se submeter.

A questão precisa, então, ser recolocada nos termos de indagar qual o critério consistente com sua própria opção epistemológica. Este não é um tema tratado no interior da teoria, e exige que o leitor se responsabilize pela resposta. É possível afirmar sem grande risco, porém, que, como materialista dialético, seu critério de verdade é histórico, o que equivale a dizer provisório e relativo. Não pretende alcançar verdades definitivas, mas, tão-somente contribuir para o resíduo histórico do qual resulta o conhecimento.

Seu "valor de verdade" deve ser avaliado em função de sua capacidade heurística, de seu potencial dinamo-gênico.

Ela está na medida, também, de sua maior ou menor felicidade na proposição de questões, dentro da concepção de que disto depende a possibilidade de fazer avançar

o conhecimento. No caso da teoria walloniana, a pergunta fundamental diz respeito à formação da "pessoa concreta", sinônimo de "pessoa completa", isto é, investigada em seu organismo biológico e em sua ambientação social.

O "valor de verdade" deve ainda ser analisado em sua dimensão metodológica, pois admite que o método empregado determina a "verdade" a ser obtida e, por conseguinte, precisa adequar-se a seu objeto de investigação. Qual o método capaz de dar conta do estudo da pessoa completa? Só a observação, responde, a observação histórica, genética. Ficaria assim reduzida a psicologia à psicogenética? Como investigar contextualmente o psiquismo adulto? Estaria a saída no rumo da "psicologia histórica"?

É este provavelmente o calcanhar-de-aquiles da teoria walloniana: seu propósito de jamais quebrar a inteireza da pessoa, que coloca exigências metodológicas extremamente difíceis de atender.

Para entrar um pouco no jogo proposto pela pergunta, poder-se-ia dizer que a teoria walloniana da emoção, por exemplo, seria desmentida pela ocorrência de variações emocionais sem variações tônicas, ou que sua psicogenética seria falseada pela presença maior de comportamentos definidos como cognitivos do que afetivos, na primeira fase do desenvolvimento humano (o primeiro ano de vida); ou pela presença dominante de conceitos e procedimentos mentais bem diferenciados aos cinco anos de idade; ou ainda pela ausência de comportamentos de oposição e afirmação do eu entre os dois e os quatro anos de idade.

H.D.

A PERSPECTIVA PIAGETIANA

A questão da universalidade

Não há dúvidas de que a teoria de Piaget ilustra uma busca da universalidade. Aliás, é justamente para esta pretensão que as críticas a ela feitas costumam apontar. Ver-se-ão, por exemplo, autores afirmando que Piaget desprezou as influências do meio social para explicar o desenvolvimento cognitivo das crianças. Vale dizer que, para eles, Piaget acreditaria que cada indivíduo, justamente graças a certas características universais, passaria de certa maneira incólume pelas diversas contingências históricas às quais é obrigatoriamente submetido. E as pesquisas para contrapor tal ponto de vista procuraram mostrar que, dependendo do meio em que vive, o sujeito se apresenta de uma forma ou de outra.

Não cabe discutir aqui a questão de saber se Piaget levou ou não em conta a influência do meio social em sua teoria. Aliás, a questão seria melhor formulada se nos perguntássemos se ele avaliou tal influência, uma vez que, em seus *Estudos Sociológicos*, sua presença é afirmada

sem ambigüidades. Acredito que discorrer um pouco sobre o que são os fatores universais afirmados por Piaget pode, indiretamente, ajudar nesta discussão.

Antes de mais nada, é preciso atentar para o objeto de estudo de Piaget: o sujeito epistêmico, ou seja, o sujeito do conhecimento. Vê-se que, pela própria eleição de seu objeto de estudo, Piaget já explicou sua busca da universalidade. De fato, o sujeito epistêmico é aquele que, teoricamente, estaria em cada um de nós (sujeitos psicológicos), permitindo-nos, cada qual em sua cultura, portanto cada qual em meio às contingências por que passa, construir conhecimentos (científicos ou não). Vale dizer que, por detrás das diferentes estratégias de produção destes, que variam de uma cultura para outra e até mesmo de um sujeito para o outro, haveria mecanismos comuns, portanto, universais.

Por conseguinte, é na explicitação destes mecanismos que se deve procurar compreender a questão da universalidade em Piaget.

Vamos começar pela hipótese da *equilibração*, central para a epistemologia genética. Como se sabe, Piaget inspirou-se na biologia para postular que o desenvolvimento é um caminhar rumo ao equilíbrio, caminhar este característico de todo e qualquer indivíduo, seja qual for seu sexo, idade ou cultura. A teoria da *equilibração* deve ser compreendida dentro de outra, a teoria de sistema, assumida por Piaget para explicar a inteligência. Para ele, a inteligência humana deve ser entendida como um sistema cognitivo, sistema este ao mesmo tempo aberto e fechado; aberto no sentido em que se alimenta, através da ação e da percepção do sujeito, de informações extraídas do meio social e físico, e fechado no sentido em que o sistema em questão não se confunde com uma página em branco, sobre a qual as informações recebidas simplesmente se inscreveriam, mas é, sim, dotado de capacidade de organização (ciclos). O desenvolvimento cognitivo ocorre, então, pelo constante contato do sistema cognitivo com informações vindas do meio, e pelo não menos constante processo de reestruturação que visa, justamente, fazer com que o sistema atinja o equilíbrio e nele permaneça. Estas constantes reestruturações ou reequilibrações passam por grandes etapas (os famosos estágios do desenvolvimento); mas se compreende que passar por todas elas não é o destino pré-programado de cada sujeito: depende da solicitação do meio, à qual o sistema cognitivo "reagirá", construindo novas e superiores estruturas mentais.

À hipótese central da *equilibração* associam-se conceitos que também são considerados como descrevendo processos universais.

O primeiro deles é o conceito de reversibilidade. A reversibilidade das operações mentais pode ser simplesmente postulada pela Lógica sem, portanto, maiores compromissos com afirmações de cunho epistemológico e psicológico. Com Piaget, porém, ela adquire uma explicação causal que visa explicar porque é característica sempre presente no pensamento adulto. Necessária à eficácia e coerência do pensamento simbólico, portanto, necessária ao equilíbrio do sistema cognitivo (permite evitar contra-dições), a reversibilidade não é qualidade inata, nem simples aprendizagem dos códigos lingüísticos: é construída ativamente pelo sujeito durante seu desenvolvimento cognitivo. Sua conquista e sua presença final são, portanto,

a prova de que o sistema cognitivo caminha em direção ao equilíbrio.

Sendo a reversibilidade das operações uma construção do sujeito, dois outros conceitos explicitam o mecanismo desta construção: regulação e compensação, que traduzem o funcionamento do sistema em busca de seu equilíbrio. Será, portanto, universal o fato de uma criança apresentar, no início de seu desenvolvimento, compensações incompletas, notadamente entre afirmações e negações (causa da irreversibilidade de seu pensamento pré-operatório). Decorrentemente, será também universal ela caminhar, através de regulações ativas, para tais compensações e atingir o pensamento operatório (daí a importância do conflito cognitivo, desequilíbrio momentâneo que mobiliza o sistema para a busca de um novo ponto de equilíbrio).

Finalmente, os conceitos de *abstração reflexiva* e *generalização construtiva* descrevem como um sujeito passa de um nível X para um nível superior Y. Eles descrevem como o sujeito constrói novos conhecimentos, atingindo para isto, níveis superiores de equilíbrio cognitivo (equilíbrio majorante).

Em resumo, para Piaget, por detrás das variadas formas que o espírito humano criou para construir suas diferentes culturas, encontram-se invariantes funcionais, que acabamos de mencionar através de diversos conceitos. Aliás, foi justamente para procurar confirmar tal hipótese que Piaget e Rolando Garcia estudaram a história das ciências (*Psychogénèse et Histoire des Sciences*): para tentar verificar presença de tais invariantes. Contrariamente ao que se tem por vezes sugerido, esta procura não significa afirmar que a ontogênese repete a filogênese: significa apenas dizer (e já é muito!) que a construção do conhecimento se processa através de certos mecanismos, iguais para todos os seres humanos, e que, portanto, possuem um grau de independência em relação às variáveis sócio-históricas.

A questão da autonomia do sujeito

Na teoria de Piaget, a autonomia do sujeito é afirmada em alto e bom tom! É certamente por esse motivo, aliás, que vários apaixonados pelo humanismo, ou seja, aqueles para os quais o ser humano goza de grande estima, sentem-se atraídos pela teoria construtivista. Diga-se de passagem que cada um de nós cientistas humanos, via de regra, escolhemos seguir uma teoria tanto pela ética que ela traduz quanto pelos dados empíricos e coerência conceitual que contém.

Isto posto, vamos verificar que a autonomia do sujeito encontra-se, na teoria de Piaget, em dois domínios, ambos relacionados com a razão.

O primeiro deles é a própria construção desta razão. Inútil insistir sobre este ponto. Basta lembrar que, para a epistemologia genética, o pensamento racional é, entre outras coisas, fruto da abstração reflexiva, ou seja, do esforço que o sujeito faz para pensar seu próprio pensar ou agir. Vale dizer que uma das fontes essenciais ao desabrochar da razão encontra-se no próprio sujeito. Isto não significa dizer que o sujeito é independente do meio social onde vive, pois, sem a solicitação deste, a abstração reflexiva poderia ou não ser desencadeada. Mas tal de-

pendência não significa heteronomia, uma vez que o processo de construção de estruturas mentais é obra do sujeito, obra esta que ninguém pode fazer por ele e cujos resultados traduzem as potencialidades nele inscritas. Em resumo, no que tange à construção da razão, a autonomia explicita-se pela participação irreduzível e indispensável do indivíduo na elaboração de novas formas de pensar e novos conhecimentos. Respondendo a uma das perguntas colocadas, podemos portanto afirmar que, para Piaget, encontram-se, em cada sujeito, estruturas e mecanismos que lhe são íntimos, pois são irreduzíveis e fenômenos sociais introjetados. E, embora Piaget tenha insistido na necessidade da cooperação, de troca de pontos de vista entre pares para a busca de conhecimentos, seu conceito de abstração reflexiva não deixa de lembrar o trabalho do sábio que se eleva acima de seus semelhantes pela auto-reflexão, reflexão esta, no entanto, somente possível a partir da ação sobre o mundo.

O segundo domínio onde encontramos a afirmação da autonomia do sujeito não diz mais respeito à construção da razão, mais sim a sua função. É neste domínio, inclusive, que Piaget usa explicitamente o termo autonomia.

Começemos por uma citação: "Não basta, para que se possa falar de verdade racional, que o conteúdo das afirmações seja conforme à realidade: é preciso, ainda, que este conteúdo tenha sido obtido por uma *démarche* ativa da razão, e que a razão ela mesma seja capaz de controlar o acordo ou o desacordo de seus juízos com a realidade" (Piaget, *Le Jugement Moral Chez l'Enfant*, 1932, p.325).

Para Piaget, eis a definição da autonomia: graças ao uso da razão, o sujeito pode, ele mesmo, portanto só, estabelecer suas certezas, liberando-se do que a tradição procura pura e simplesmente impor às diversas consciências. A autonomia intelectual é fruto dos poderes da razão que, à crenças, substitui a demonstração. A autonomia moral é também fruto da razão que, ao dogma, opõe a justificação racional. O "herói" piagetiano é, portanto, aquele que pode dizer "não" quando o resto da sociedade, possível refém das tradições, diz "sim", contanto que este "não" seja fruto desta *démarche* intelectual ativa e não apenas decorrência de um ingênuo espírito de contradição.

Em resumo, o indivíduo, tal como concebido por Piaget, é capaz, graças à razão (ela mesma por ele construída) de se opor à autoridade, seja ela dos pais, das diversas instituições como os partidos, as escolas ou as igrejas.

Todavia, há uma condição que Piaget, postula para a conquista de tal autonomia: que o indivíduo possa ter a oportunidade de usufruir de relações sociais de cooperação (*co-operação*, como costuma escrever Piaget para sublinhar a origem etimológica do termo). As relações de coerção embotam o desenvolvimento, roubando à criança e ao adulto a possibilidade de se emanciparem intelectualmente, moralmente e afetivamente. Somente as relações sociais que permitem o livre intercâmbio de pontos de vista permitem a autonomia. É por isso que a filosofia piagetiana é, na verdade, militante: defende a democracia contra todas as formas de autoritarismo e de totalitarismo.

Para as possíveis aplicações da teoria piagetiana à Educação, tal fato é de suma importância: muito mais do que um método pedagógico, uma técnica, da teoria de Piaget decorre uma atitude ética e política. Neste sentido,

aqueles que simpatizam com suas idéias devem ser, antes de tudo, amantes da liberdade, e otimistas quanto à sua realização histórica.

A questão da falseabilidade

Pelo fato de a teoria piagetiana ter obtido renome internacional, inspirando inúmeros pesquisadores, não faltam aqueles que procuram criticá-la e desmenti-la.

Tipos muito freqüentes de crítica se traduzem por duas considerações opostas entre si. A primeira consiste em mostrar que as crianças, notadamente os bebês, são mais precoces do que Piaget imaginava. A segunda, pelo contrário, acusa o otimismo de Piaget em relação às altas capacidades cognitivas do ser humano: alunos, já na faculdade, mostrar-se-iam incapazes de resolverem problemas envolvendo operações hipotético-dedutivas, ou alguns indivíduos, bem desenvolvidos na área cognitiva, mostrariam uma moralidade bem abaixo do esperado.

A rigor, este duplo conjunto de crítica nos reaproximaria de dois pólos de que Piaget quis se afastar: a precocidade levaria a repensar a hipótese inatista e o "atraso", a hipótese ambientalista.

Tais dados sobre precocidade ou atraso surpreendem um piagetiano? Sem dúvida. Afinal, uma teoria deve permitir um certo grau de previsão. Mas, a não ser que se volte a um dos pólos (inatismo ou ambientalismo), a hipótese de construção ainda merece atenção. Tratar-se-ia de completá-la, de complexificá-la. Além do mais, a precocidade de alguns raciocínios, que parecem ser isolados, ainda não fere a idéia de estrutura: a criança teria aprendido uma estratégia. E o atraso, além de previsto pela teoria (adaptação), deve ser cuidadosamente avaliado. No campo da moral ele é plausível e, no campo da lógica, deve ser analisado em função da história de vida dos sujeitos. Estes dados, portanto, mostrariam mais a incompletude da teoria de Piaget do que sua "falsidade".

Qual será, então, o ponto essencial? aquele sem o qual a arquitetura toda da teoria correria o risco de implodir?

Eu escolheria a hipótese piagetiana, já mencionada quando da resposta à questão da universalidade, segundo a qual a *inteligência caminha para o equilíbrio*:

- é o centro da inspiração biológica de Piaget;
- é a explicação da presença de estruturas mentais (operações reversíveis);

— é o pólo onde tomam sentido os conceitos de regulação, compensação, afirmação e negação (estes dois últimos permaneceriam apenas normativos, no interior da lógica formal);

— é a explicação da seqüência dos estágios (os de Piaget ou outros que se definam).

E qual seria um dado que levaria a suspeitar da validade da noção de equilíbrio?

Certamente não é a precocidade nem o atraso, mas sim o caos. A teoria de Piaget reza que a mente gera organização, ou reconstrói, aquela presente na cultura. Ora, imaginemos que encontrássemos situações iguais a estas:

- 1) uma criança, ou um sujeito qualquer, que demonstre ter noção operatória, mas que se mostre pré-operatório em provas de classificação;
- 2) um sujeito que tenha duradoura falta de compensação entre afirmações e negações em determinados casos, mas não em outros de mesmo nível de abstração;
- 3) o fato de um método pedagógico, puramente explicativo e baseado exclusivamente em modelos, ser mais eficaz do que outro que deixe o aluno regular suas ações através da percepção de seus erros (aqui, seria o próprio mecanismo da equilibrção que estaria em xeque).

Apresentei exemplos talvez extremos. Mas o que é importante sublinhar é que qualquer tipo de caos é fator complicador para a teoria construtivista (e para a afirmação da existência de um sujeito epistêmico). De fato, se o processo de construção produzisse o caos, a desordem, seria difícil atribuir tal produção ao próprio sujeito. Melhor seria atribuí-la ao meio. Aliás, é a própria idéia de construção que deixaria de fazer sentido. Por que, por exemplo, as descobertas de Ferreiro são condizentes com a teoria piagetiana? Ora, porque ela encontrou, antes de mais nada, *organização* que, não sendo tributável ao ensino da alfabetização, é atribuída a uma capacidade do sujeito. Na verdade, a teoria piagetiana é uma teoria da forma, forma esta que deve assimilar os diversos conteúdos. O caos seria a vitória do conteúdo sobre a forma, inconcebível na teoria piagetiana da assimilação e da equilibrção.

Y.L.T.